



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

O presente documento refere-se ao art. 18º, parágrafo 1º da Lei nº 14.133/2021 e capítulo II do Decreto Municipal nº 95/2023.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Este documento apresenta Estudo Técnico Preliminar, que constitui a primeira etapa do planejamento de futuras e eventuais contratações em termos de necessidades, requisitos, alternativas, escolhas e resultados que servem essencialmente para assegurar a viabilidade técnica de atender as necessidades de **Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de gêneros alimentícios (açúcar, chá de hibisco e leite) para atender as necessidades da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena.**

2. ÁREA REQUISITANTE

Área requisitante	Responsável
Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena	Evandro Rodrigo Neckel

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

(Lei Federal nº 14.133, inciso I, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso I do art. 4º)

- 3.1. A presente contratação fundamenta-se em Documento de Formalização da Demanda – DFD, em que foi apresentado pelo setor requisitante a demanda a ser atendida.
- 3.2. O Estudo Técnico Preliminar (ETP) serve para levantar dados e informações acerca da demanda, indicando o melhor caminho a ser percorrido para o fornecimento a ser efetivado. Este documento observa a legislação vigente, bem como os aspectos técnicos envolvidos na demanda em tela.
- 3.3. A presente contratação decorre da necessidade contínua de fornecimento de gêneros alimentícios (açúcar, chá de hibisco e leite) destinados ao preparo de bebidas oferecidas no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena, tanto para consumo interno de servidores e vereadores quanto para atendimento a munícipes, autoridades e demais visitantes.
- 3.4. Tais itens são considerados de uso comum e indispensáveis ao regular funcionamento das atividades administrativas e institucionais, especialmente no suporte a reuniões, sessões legislativas e atendimentos ao público, contribuindo para um ambiente organizacional adequado e acolhedor.
- 3.5. Ressalta-se que a ausência desses insumos pode comprometer a rotina administrativa e a qualidade do atendimento prestado, além de gerar a necessidade de aquisições emergenciais, menos vantajosas para a Administração.
- 3.6. Dessa forma, a contratação planejada e com fornecimento parcelado mostra-se a solução mais eficiente, garantindo o abastecimento contínuo, a economicidade, o controle de estoque e a adequada gestão dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021.
- 3.7. Como base no exposto é certo reconhecer que, a contratação deste objeto é típica de execução de forma continuada conforme preceitua art. 6 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pois caracteriza-se pela impossibilidade de sua interrupção ou suspensão, sob pena de acarretar prejuízos ou danos insuperáveis às ações de atribuições deste órgão público, especificamente no tocante a sua atividade-fim.



4. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO E ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO E OBJETIVOS DA ADMINISTRAÇÃO

(Lei Federal nº 14.133, inciso II, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso IX do art. 4º)

- 4.1 Destacamos que a presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual – PCA – 2026, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Santa Helena - DIOE, Edição nº 2887, página 12, em 27 de agosto de 2025.
- 4.2 O PCA visa consolidar as contratações a serem realizadas ou prorrogadas no exercício subsequente, auxiliando a administração na tomada de decisão.
- 4.3 A elaboração do Plano de Contratações Anual propicia a maximização dos resultados institucionais, a partir da melhoria da governança e da gestão das contratações, além de maior transparência e controle com a publicação dos planos.
- 4.4 Com o levantamento prévio das contratações que pretende contratar ou prorrogar, passa-se a dispor de dados gerenciais viabilizando novas oportunidades de ganhos de escala, além de sinalizar ao mercado fornecedor as suas pretensões de modo que este se prepare adequadamente e com antecedência para participar dos futuros certames licitatórios.
- 4.5 A presente contratação encontra-se ainda alinhada com as diretrizes implementadas pela Presidência desta Casa Legislativa, que passa a considerar a importância da política de segurança institucional como tema relevante no mapeamento dos riscos inerentes as atribuições desenvolvidas pela Câmara Municipal.
- 4.6 Assim, observa-se que a proposta aqui apresentada, encontra-se alinhada com os objetivos estratégicos da instituição.
- 4.7 Conforme previsão:
LDO - LEI Nº 3.329/2025 de 17/07/2025;
PPA - LEI Nº 3.374 DE 16/12/2025;
LOA - LEI Nº 3.373/2025 de 15/12/2025;
LEI Nº 3.367/2023 de 01/12/2025, Altera LDO de 2025;
LEI Nº 3.383/2025 de 19/12/2025

- 4.8 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual – PCA 2026, disponibilizado no Portal da Transparência do endereço eletrônico da Câmara Municipal:
<https://camarasantahelena.atende.net/transparencia/>.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E VALORES DA CONTRATAÇÃO

(Lei Federal nº 14.133, inciso IV, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso V do art. 4º)

(Lei Federal nº 14.133, inciso VI, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso VI do art. 4º)

- 5.1. Os quantitativos e valores estimados para a presente contratação estão apresentados no quadro abaixo:

Item	CATMAT /CATSER	Quantidade	Unidade de Medida	Especificação da descrição	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	603269	10	Fardo	Açúcar Cristal especial tipo 1, aspecto granuloso fino a médio, isento de matéria terrosa, livre de umidade e fragmentos estranhos, registro no SIF, saco plástico atóxico, cada fardo contendo 06 pacotes em embalagem de polipropileno de 05 kg. Informações do fabricante, especificações do produto e data	R\$ 118,47	R\$ 1.184,70



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA HELENA

ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.881.449/0001-30

				de vencimento estampado na embalagem. Deverá constar na embalagem a data de fabricação e prazo de validade, que deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses. No ato da entrega do produto, poderão ter transcorrido, no máximo, 60 (sessenta) dias da data de sua fabricação.		
02	256260	50	Unidad e	Chá no sabor de Hibiscos, com CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Isento de sujidades e substâncias estranhas a sua natureza, pacote lacrado e flores inteiras, com peso de 30g. Validade mínima de 12 meses. No ato da entrega do produto, poderão ter transcorrido, no máximo, 60 (sessenta) dias da data de sua fabricação.	R\$ 8,75	R\$ 437,50
03	445995	80	Cx	Leite UHT longa vida, integral, teor de gorduras total de 3%, registro no Ministério da Agricultura, armazenado em embalagem tipo caixa cartonada e aluminizada, com tampa rosqueável, contendo 1 litro. Cada caixa contendo 12 embalagens/unidades de 01 litro. Marca de referência: Frimesa ou Tirol ou equivalente ou superior qualidade. Deverá constar na embalagem a data de fabricação e prazo de validade, que deverá ser de, no mínimo, 04 (quatro) meses. No ato da entrega do produto, poderão ter transcorrido, no máximo, 30 (trinta) dias da data de sua fabricação.	R\$ 80,58	R\$ 6.446,40

5.2. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 8.068,60 (Oito mil, sessenta e oito reais e sessenta centavos)**.

5.3. As quantidades foram estabelecidas para suprir a necessidade da Câmara Municipal para um período estimado de 12 meses e foi definida a partir de dados do consumo histórico registrado.

5.4. Foram realizadas análises críticas dos preços coletados, verificando a razoabilidade da aferição do preço de mercado para compor valor unitário estimado do item.

5.5. Logo, a estimativa dos valores unitários da contratação, é com base na Pesquisa de Preços de Mercado, peça integrante desta licitação, a fim de realizar o levantamento do eventual gasto com a solução escolhida, de modo a avaliar a viabilidade econômica, que para a consecução deste objeto os preços foram estimados, nos moldes estabelecidos no art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

(Lei Federal nº 14.133, inciso XIII, do artigo 6º e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso I do art. 89.



Lei Federal nº 14.133, inciso III, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso II do art. 4º)

6.1 O valor se enquadra no inciso II do artigo 75 da lei 14.133/2021 e há um Processo Administrativo de licitação nº 05/2025, modalidade Dispensa Eletrônica nº 01/2025, com objeto de Aquisição de gêneros alimentícios (café, açúcar, leite e chás) e filtro para café para atender a Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena, em vigência até o dia 21 de abril de 2026, porém, o Contrato nº 02/2025, oriundo desta dispensa eletrônica nº 01/2025, com contratação do objeto de gêneros alimentícios para os itens de açúcar e chá hibisco, fora rescindido em 15 de dezembro de 2025, conforme termo de rescisão ao contrato nº 02/2026, nesta mesma dispensa eletrônica, a empresa contratada com o objeto de leite, conforme contrato nº 03/2025, apresentou a não intenção de renovação contratual em 23 de março do corrente, através de e-mail.

6.2 Não haverá exigência de garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista, as especificidades do objeto ser de baixa complexidade, não havendo a necessidade de complementar a garantia legal.

6.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme art. 81 do Decreto Municipal nº 95/2023.

6.4 Ressalta-se que o objeto da contratação é caracterizado como comum, cujo padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do inciso XIII do Art. 6º da Lei 14.133/2021.

6.5 Para que a contratação seja efetivada, requisitos deverão ser atendidos:

6.5.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade do objeto, conforme disciplinará o aviso de contratação direta.

6.5.2 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da contratação de pessoal, salários de empregados, transporte dos mesmos e quaisquer outros encargos, inclusive acidentes de que possam vir a ser vítimas, quando em serviço, e por tudo quanto as leis da Previdência Social e trabalhistas lhes assegurem e, ainda, por quaisquer danos ou prejuízos porventura causados a terceiros.

6.5.3 Atender com presteza às reclamações, principalmente as que se referem à qualidade da lavagem dos veículos, tanto externo quanto internamente executados, providenciando sua imediata correção, sem ônus para a contratante.

6.5.4 Não divulgar, nem fornecer dados ou informações obtidas em razão do contrato e não utilizar o nome da contratante para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com autorização prévia e formal da contratante.

6.5.5 Manter durante toda a execução do futuro contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

6.6 Quanto ao fornecimento dos produtos:

6.6.1 Os produtos deverão obrigatoriamente atender as exigências de qualidade, observados os padrões e normas estabelecidas pelos órgãos competentes de controle e fiscalização de qualidade, em especial a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), o Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou equiparados, cuja apresentação em desconformidade ensejará aplicação de sanções administrativas cabíveis.

6.6.2 No ato da entrega dos produtos, a embalagem deverá constar a data de fabricação e prazo de validade, poderá ter transcorrido o número máximo de dias da data de fabricação conforme apontado na descrição da especificação de cada produto, item 05 deste ETP.

6.6.3 Quando da entrega, os produtos deverão ser entregues em suas embalagens originais, as quais deverão constar a identificação completa do produto (composição, unidade de medida, data de fabricação, selo de inspeção do Serviço de Inspeção Federal ou Estadual, prazo de validade e demais informações exigidas pela legislação do consumidor) de forma a permitir a completa segurança.



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA HELENA

ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.881.449/0001-30

- 6.6.4 O prazo de fornecimento pela contratada deve ser de até 05 (cinco) dias úteis, no máximo, a contar do recebimento da Autorização de Compra ou documento equivalente.
- 6.6.5 O fornecimento dos produtos pela contratada ocorrerão de forma parcelada, conforme as necessidades e demanda da Câmara Municipal, deverá ser fornecido somente após expedição da Autorização de Compra ou documento equivalente pelo Presidente da Câmara de Vereadores.
- 6.6.6 Deverão ser cumpridos integralmente a entrega dos produtos conforme quantidade, local, dias e horários pré-agendados, após a emissão da Autorização de Compra ou documento equivalente, encaminhada através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor.
- 6.6.7 A empresa deverá disponibilizar funcionários e veículos suficientes e adequados para atender a demanda para que não haja atraso nas entregas.
- 6.6.8 Os produtos devem ser transportados e armazenados em sistemas que garantam a sua temperatura.
- 6.6.9 Por ocasião dos fornecimentos, caso seja detectado que os mesmos não atendem às especificações do objeto, poderá a Câmara Municipal rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando-se a contratada a providenciar a sua regularização.

6.7 Representante da Câmara de Vereadores para fiscalização:

- 6.7.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente por um(a) servidor(a) designado(a) por ato próprio como Fiscal de Contrato.
- 6.7.2 Os serviços serão recebidos definitivamente por um(a) servidor(a) designado(a) por ato próprio como Gestor de Contrato.
- 6.7.3 Qualquer problema relacionado à execução contratual deverá ser imediatamente notificada a contratada pelos fiscais do contrato e/ou gestor de Contratos para as providências cabíveis.
- 6.7.4 Eventuais intercorrências e ações de contorno estão elencadas no Anexo I - Análise de Riscos, parte integrante deste ETP.

7. POSSÍVEIS NORMAS CORRELACIONADAS AO PROBLEMA E POTENCIAIS SOLUÇÕES

7.1. No presente estudo não foram identificadas normas relacionadas ao objeto em análise.

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO E ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS

(Lei Federal nº 14.133, inciso V, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso III do art. 4º)

- 8.1 Foram realizadas diversas pesquisas de preços para se ter um parâmetro realista dos valores de mercado, sendo contratações similares de órgãos governamentais, sítios eletrônicos e tabelas de referência, PNCP e consultados fornecedores para se verificar a prática dos serviços a serem contratados. Após tais consultas verificou-se que o formato praticado atualmente pelo mercado atende plenamente às necessidades e especificações mínimas exigidas pela Câmara Municipal.
- 8.2 A contratação mostra-se como uma solução pertinente e inclusive adotada por outros órgãos/entidades, conforme levantamento realizado através da Pesquisa de Preços de Mercado, peça integrante desta licitação.
- 8.3 A alternativa escolhida: O tipo de solução para contratação do fornecimento no âmbito da Câmara Municipal se dará por processo de Contratação Direta, na forma da modalidade Dispensa de Licitação, fundamentada no inciso II, art. 75 da Lei 14.133 de 2021, em função do valor, e por se tratar de bens e serviço comuns, com base no **menor preço por item**:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras; (Vide Decreto nº 12.807 de 29 de dezembro de 2025) Vigência

- 8.4 A licitação é um princípio que visa, além da isonomia e busca de proficuidade para a administração pública, transparência, efetividade e promoção do desenvolvimento econômico nacional sustentável.
- 8.5 A obrigatoriedade de licitar é princípio constitucional estampado no art. 37, XXI, da Constituição Federal, aplicável, ressalvados casos específicos, a todo ente da administração pública direta ou



indireta. Todo contrato de obra, serviço, compras e alienações, bem como cessão e permissão de serviços públicos, deve ser precedido de um procedimento licitatório.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

9.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado dos gêneros alimentícios, garantindo o abastecimento contínuo conforme necessidade da Administração.

9.2. Analisando as alternativas disponíveis que atendam a necessidade da área requisitante, considerando a viabilidade técnica e econômica, a solução indicada pela equipe de planejamento da contratação é a realização de procedimento licitatório para a presente contratação de acordo com especificações comuns de mercado, capazes de atender aos requisitos de negócio.

9.3. Nesse sentido optou-se pela contratação via processo licitatório, através de contratação direta via dispensa eletrônica em virtude de visarmos uma melhor gestão financeira, uma melhor gestão administrativa e uma melhor gestão orçamentaria. Acredita-se ainda que este modelo torna o processo mais enxuto e reduz desperdícios de tempo e informação, facilitando a gestão contratual e o gerenciamento de riscos, com redução de procedimentos administrativos além de reduzir custos financeiros, bem como viabilizar o critério de economicidade e sustentabilidade para administração.

9.4. Ademais, é maior a atratividade do certame pelo mercado, por meio de uma maior diluição dos custos por durante o lapso temporal do contrato, favorecendo a Administração em termos de economicidade e ampliação da competitividade.

9.5. Seguindo esta lógica, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União sustenta a possibilidade da fixação do prazo de vigência estendido com a finalidade de obter preços e condições mais vantajosos para a Administração, (Acórdão 3.320/2013-Segunda Câmara):

“O prazo de vigência de contratos de serviços contínuos deve ser estabelecido considerando-se as circunstâncias de forma objetiva, fazendo-se registrar no processo próprio o modo como interferem na decisão e quais suas consequências. Tal registro é especialmente importante quando se fizer necessário prazo inicial superior aos doze meses entendidos como regra pelo TCU. Há necessidade de se demonstrar o benefício decorrente do prazo estabelecido (Acórdão 3320/2013-Segunda Câmara).”

9.6. Um prazo contratual exíguo implicaria na constante dedicação de recursos humanos especificamente para processos de Planejamento da Contratação, considerando que os trabalhos de renovação/prorrogação são deflagrados com antecedência (em atendimento à recomendação do Tribunal de Contas da União esposada no Acórdão nº 728/2008 – 1ª Câmara).

9.7. Corroborando, o fornecimento mostra-se viável na modalidade de compra por Dispensa Eletrônica, pois o valor estimado é inferior ao inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021 e o julgamento da proposta é por **Menor Preço por item**, a licitante que ofertar o menor preço será consagrada vencedora da contratação, vez que desonera a administração pública trazendo maior economia.

9.8. A partir desse estudo encontramos uma solução que atenda por completo a demanda continua das atividades administrativas e legislativas, garantindo a sua operacionalização. Além do mais, as instituições públicas e privadas nacionais, adotam o fornecimento de café, chás e/ou café com leite aos colaboradores, agentes políticos e visitantes como forma de contribuir com a qualidade de vida e o relacionamento interpessoal, proporcionando nesse breve momento de interação entre os servidores, vereadores e visitantes melhoria significativa na percepção da cultura organizacional da instituição.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

(Lei Federal nº 14.133, inciso VIII, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso VII do art. 4º)



- 10.1. Em regra, conforme Inc. III do § 2º do art. 40 da Lei nº 14.133/21, as compras públicas deverão buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado no que diz respeito à aplicação do princípio do parcelamento.
- 10.2. O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda da economia em escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes. Sendo assim, a divisão do objeto da presente manifestação não representa perda da economia de escala, além de ser tecnicamente e economicamente viável.
- 10.3. Considerando as especificidades do presente objeto a demanda será parcelada, haja visto, se comprovarem ser técnica e economicamente viável, com vistas a propiciar o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade.
- 10.4. Nesse sentido, colhe-se o precedente do TCU consubstanciado no verbete de sua Súmula nº. 247 que expressa:

"é obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade". (Destaque nossos).

- 10.5. No entanto, a adjudicação se dará por itens, não havendo ofensa à Súmula nº 247 do TCU.

- 10.6. Também se destaca a necessidade de aplicação do artigo nº 76 do Decreto Municipal nº 95/2023:

Art. 76. Para cumprimento do contido no artigo 47 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a Administração deverá:

I - realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja aquele previsto no inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006;

II - estabelecer, em certames para aquisições de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

- 10.7. De acordo com o que preceitua-se o art. 49, inciso IV da Lei Complementar 123/2006, as contratações com base no artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, deverão ser realizadas preferencialmente como microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP).

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

(Lei Federal nº 14.133, inciso XI, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso VIII do art. 4º)

- 11.1. Não se verifica a necessidade de contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

(Lei Federal nº 14.133, inciso IX, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso X do art. 4º)

- 12.1 Com a contratação, espera-se garantir o abastecimento contínuo dos itens, melhorar as condições de trabalho dos servidores, assegurar economicidade por meio de competição entre fornecedores, evitar compras emergenciais e manter a qualidade dos produtos fornecidos.



Ainda, almeja-se a entrega parcelada do fornecimento dos produtos de material de consumo, conforme a necessidade da demanda pela Câmara de Vereadores, bem como, para não acumular produtos cujo o local para armazenamento é o almoxarifado, é um espaço pequeno.

Ademais, a obtenção de produtos com data de fabricação recente na entrega, evitando assim, o acúmulo no estoque, de ter produtos vencidos.

Pretende-se, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para a Câmara.

Anseia-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os participantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobre preço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução contratual.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

(Lei Federal nº 14.133, inciso X, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso XI do art. 4º)

Para atuar de forma segura na fiscalização de uma contratação, faz-se necessário à capacitação e atualização constante de servidores aptos a desempenhar estas atividades.

Nos termos do art. 18, inciso X Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

14. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

(Lei Federal nº 14.133, inciso XII, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso XII do art. 4º)

Informamos que a Câmara Municipal realiza a separação do material reciclável e orgânico, onde os materiais reciclados são enviados para reciclagem, colaborando assim com o meio ambiente.

Nesse sentido, o fornecimento dos produtos gerará um acúmulo de material reciclável que serão recolhidos na Câmara Municipal todas as terças-feiras e sextas-feiras pelo programa municipal Coleta Seletiva dos Produtos Recicláveis, através da Associação dos Agentes Ambientes de Santa Helena.

Ressalta-se também que a Contratada deverá empregar materiais e equipamentos que atendam aos critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO DA ÁREA DEMANDANTE SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

(Lei Federal nº 14.133, inciso XIII, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso XIII do art. 4º)

Diante do exposto, entende-se que a contratação almejada, atende às necessidades desta Casa Legislativa, mostra-se tecnicamente e economicamente viável, possível e fundamentalmente necessárias a viabilidade da Contratação pretendida, nos termos dispostos no presente Estudo Técnico Preliminar – ETP.

Santa Helena, 13 de abril de 2026.

Declaro que participei ativamente de todas as etapas deste Estudo Técnico Preliminar - ETP,

Responsável pela Fase Interna

Aline Claci Giovanella



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA HELENA

ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.881.449/0001-30

Ciente e de acordo,

Evandro Rodrigo Neckel
Diretor Geral Legislativo

Anderson Rodrigo Draghetti
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA HELENA

ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.881.449/0001-30

ANEXO I

ANÁLISE DE RISCO

Risco 1	Fase	Interna		
	Situação	Requisito para a contratação e especificação do objeto insuficiente		
	Probabilidade	(x) Baixa	() Média	() Alta
	Impacto	() Baixa	() Média	(x) Alta
	Plano de Mitigação	Diálogo entre áreas envolvidas para detalhamento da solução almejada. Área requisitante descreveu a especificação dos produtos bem detalhados a ser adquirido com base de modelos disponíveis em órgãos públicos que realizaram contratação semelhantes.		

Risco 2	Fase	Interna		
	Situação	Equívocos nos quantitativos estimados		
	Probabilidade	(x) Baixa	() Média	() Alta
	Impacto	() Baixa	(x) Média	() Alta
	Plano de Mitigação	Levantamento realizado pela área demandante para consumo da Câmara Municipal.		

Risco 3	Fase	Interna		
	Situação	Atrasos na contratação decorrentes de atraso na tramitação do processo administrativo		
	Probabilidade	(x) Baixa	() Média	() Alta
	Impacto	() Baixa	(x) Média	() Alta
	Plano de Mitigação	Acompanhamento do processo e apoio às áreas envolvidas.		

Risco 4	Fase	Execução		
	Situação	Dificuldade de acesso às instalações da Câmara para entrega dos itens		
	Probabilidade	(x) Baixa	() Média	() Alta
	Impacto	(x) Baixa	() Média	() Alta
	Plano de Mitigação	Previsão de agendamento e acompanhamento por servidor designado.		

Risco 5	Fase	Execução		
	Situação	Defeitos nos produtos entregues		
	Probabilidade	() Baixa	(x) Média	() Alta
	Impacto	() Baixa	() Média	(x) Alta
	Plano de Mitigação	Fiscais aptos a identificar eventuais falhas e manter comunicação com a empresa. Recusa dos itens com defeito e previsão de substituição em caso de entrega de itens fora das especificações do Termo de Referências e Edital. Estipular penalidades se for o caso.		

Risco 6	Fase	Execução		
	Situação	Não entrega dos produtos licitados		
	Probabilidade	(x) Baixa	() Média	() Alta
	Impacto	() Baixa	() Média	(x) Alta
	Plano de Mitigação	Fiscais aptos a identificar eventuais falhas e manter comunicação com a empresa. Tomar as providências em relação as infrações e sanções administrativas.		

Responsável pela Fase Interna
Aline Claci Giovanella